

Minas cumpriu normas da União

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

O governo de Minas Gerais, diferentemente dos governos do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas da mesma forma que a Bahia, optou por seguir a atual orientação do governo federal com relação a dívida externa, preparando-se para pagar 25% de sua dívida a vencer em 1989. A informação consta do projeto de orçamento estadual para o próximo ano, entregue no final do mês à Assembléia Legislativa mineira.

"Tenho que trabalhar de acordo com os parâmetros oficiais existentes. Recentemente, saiu uma portaria do Ministério da Fazenda sobre o assunto. Ela é explícita (exigindo o pagamento desses 25%, no próximo ano). Não posso trabalhar com outro dado", explicou ontem, a este jornal, Luiz Fernando Gusmão Wellisch, secretário da Fazenda de Minas Gerais. Foi Minas, na pessoa de seu governador, Newton Cardoso, é um dos que mais se empenharam, até agora, em fazer o governo federal mudar sua orientação, reduzindo o percentual de pagamento para 10%.

A proposta orçamentária mineira para 1989 prevê gastos da ordem de CZ\$ 273,7 bilhões, destinados a pagar seu serviço (principal mais juros) da dívida externa vencível no exercício, acrescido de 25% do estoque vencido em exercícios anteriores e que vinha sendo renovado anualmente.

Essa exigência, esclarece mensagem do governador que encaminhou a proposta do orçamento aos parlamentares, fez com que o estado se visse obrigado a prever, para o próximo ano, o pagamento de 44% de sua dívida total, no período, em termos reais, podendo "rolar" apenas 56%.

"Caso isso mude, fare-

mos os ajustes que forem necessários", comentou Wellisch. "A atitude do governo federal (de exigir o pagamento de 25% da dívida a vencer, e de 25% do estoque já vencido) resultará, na prática, em retirar qualquer folga de receita que os estados pudessem esperar da reforma tributária", afirma a mensagem de Newton Cardoso.

No caso da dívida a vencer em 89, o governo de Minas preparou-se para desembolsar CZ\$ 167,3 bilhões, a maior parte (CZ\$ 92,1 bilhões) destinada a amortizações, e a menor (CZ\$ 75,2 bilhões) ao pagamento de juros e outros encargos. Pelas informações fornecidas pelo governo mineiro, a parcela referen-

te ao pagamento dos 25% dos encargos já vencidos em exercícios anteriores seria de CZ\$ 106,4 bilhões.

As previsões com relação à dívida mobiliária interna (CZ\$ 343,9 bilhões a serem desembolsados, no próximo ano) também acompanharam as novas orientações estipuladas pelo governo federal — ou seja, de rolagem não superior ao valor da parcela do principal da dívida em Obrigações Reajustáveis do Tesouro de Minas Gerais, com vencimento em 89. A dívida interna contratada (amortizações e encargos junto a instituições oficiais de crédito, para financiar investimentos) soma CZ\$ 109,1 bilhões.

Incluindo os CZ\$ 106,4 bi-

lhões referentes ao pagamento dos 25% do estoque da dívida externa já vencido (e "rolados" junto ao Banco do Brasil), a dívida interna total do Estado de Minas, pagável no próximo ano, soma CZ\$ 584 bilhões. A maior parte (CZ\$ 371,2 bilhões) referente a amortizações, e o restante (CZ\$ 213,3 bilhões), a juros e outros encargos.